



A ORDEM DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS: FORMAÇÃO E A REGRA PRIMITIVA

Samuel Morais Cintra¹, Augusto João Moretti Junior²

¹Acadêmico do curso de licenciatura em História, UNICESUMAR, Polo de Franca-sp.
Bolsista PIBIC/CNPQ-UNICESUMAR.samuelmoraiscintra@gmail.com

²Orientador, docente do curso de licenciatura em História. augustojunior@unicesumar.edu.br

RESUMO

Pretende-se neste trabalho realizar uma investigação sobre o contexto e a formação da Ordem dos Cavaleiros Templários bem como a criação da Regra Primitiva dos Cavaleiros Templários. Trata-se de um conjunto de regras criadas no século XII para orientar a conduta e ação da Ordem dos Templários nos primeiros anos de sua existência. A razão do desenvolvimento da pesquisa, consiste na busca por novos paradigmas sobre a ordem criada por Hugo de Payens, visto que há uma necessidade de novas percepções sobre a importância do período medieval na formação do Ocidente, filosófica e culturalmente. Outro ponto relevante desta pesquisa é a análise da criação, organização e estruturação da Ordem do Templo, no ano de 1118. Esta ordem de guerreiros da Igreja, surgiu na Europa durante a Idade Média com a missão de garantir a segurança dos fiéis que constantemente faziam peregrinações até a cidade de Jerusalém. A metodologia de nosso trabalho tem como fundamento e pesquisa bibliográfica exploratória de autores que se debruçaram sobre o tema, entre estes autores Augusto Moretti (2017), que em sua pesquisa faz apontamentos cruciais sobre o contexto das cruzadas e o funcionamento dos início da ordem, outro autor que fornece subsídios teóricos para a análise do surgimento da organização cristã é Alain Demurger (2002), autor especialista no contexto político e cultural na Idade Média e que faz uma análise também com vários dados sobre a ordem em questão. Utilizamos como fonte bibliográfica, também, o trabalho de Michel Lamy (1999), que formula hipóteses acerca da compreensão histórica e social bem como dados sobre datas e eventos que marcaram as Cruzadas e regras primárias dos cristãos guerreiros. Acerca de nossas considerações finais, podemos afirmar que a Regra Primitiva dos Cavaleiros Templários e seus posteriores complementos criou uma etapa no desenvolvimento militar e na noção de guerreiro na Idade Média, fazendo com que os monges guerreiros demonstrassem um papel até então inédito na História do ocidente medieval. A capacidade de adaptação de papéis antagônicos presentes nas linhas da Regra dos Cavaleiros Templários, reflete séculos de evolução nos pensamentos filosóficos de Santo Agostinho até São Bernardo, o principal responsável por formular a Regra.

PALAVRAS – CHAVE: Cruzadas; Idade Média; Templários.

1- INTRODUÇÃO

A Ordem dos Cavaleiros do Templo ou Ordem dos Cavaleiros Templários como é popularmente conhecida, foi uma instituição criada com o objetivo inicial de proteger e transportar os peregrinos e religiosos católicos da Europa até a cidade sagrada de Jerusalém. Conforme sustenta João Gouveia Monteiro, o objetivo da nova organização consistia em proteger os peregrinos que chegavam ao Médio Oriente para visitar a Terra Santa (MONTEIRO, 2011). Outra função atribuída a eles era a responsabilidade de guardar o Santo Sepulcro, local considerado sagrado pelo cristianismo por ser o suposto lugar, no qual, o próprio Jesus Cristo teria sido sepultado após ter sido martirizado e torturado pelos soldados romanos.

Os irmãos da Ordem do Templo de Salomão, foram uma organização criada logo após as guerras conhecidas como Cruzadas, estas batalhas foram uma disputa religiosa entre religiões que tinham muitos adeptos. Acerca da Primeira Cruzada, McEvedy (2007), explica que o papa Urbano II recebeu um pedido de ajuda do Império Bizantino para lutar contra os muçulmanos, sendo que:

O papa refletiu sobre o pedido e decidiu fazer melhor do que uma simples ajuda. Com a proclamação da Cruzada no dia 27 de novembro de 1095, o papa convocava um esforço total da cristandade, tendo como objetivo tirar os muçulmanos das seguintes regiões: Anatólia, Síria e da Palestina (MCEVEDY, 2007, p. 48).



No desdobrar dos acontecimentos que seguiram as primeiras batalhas acabou que os cristãos, sob o comando e união papal, obtiveram êxito e para guardar esse novo território cristão foi criada a Ordem dos Cavaleiros Templários.

Esse período conhecido como Idade Média Central é um período marcado pela predominância da Igreja Católica como principal expoente do poder político. Entre os séculos X e XIII, ocorreu o processo de expansão da fé cristã com mais intensidade com a sua influência chegando a todo o território europeu e se expandindo para outras regiões. Foi nesse contexto de expansão da fé cristã e de Cruzadas, que assegurados de sua fé e movidos por tais conceitos de defesa da Terra Santa, no ano de 1118, a ordem dos Templários fora aceita pelo Rei Balduino I de Jerusalém e posteriormente aprovada pelo Papa (LAMY, 1999).

Esta organização, criada no ano de 1118, pelos cavaleiros e mestres Hugo de Payens e Geoffroy de Saint-Omer tornou-se o "escudo e a espada" do papado. Grande parte dessa importância e notoriedade está associada à capacidade de preparação militar e logística desta instituição. Tendo notado a importância e o destaque obtido por esta organização militar, em nossa pesquisa perquirimos este contexto histórico no qual estavam inseridos os cavaleiros de Cristo que levou a criação da Ordem, bem como, faremos uma análise das primeiras leis redigidas para os Templários, compiladas na Regra Primitiva.

Por conseguinte, tendo por objetivo compreender o contexto histórico de criação da Ordem e suas primeiras regras, buscamos definir o papel desempenhado pela ordem no início da instituição de defesa de Jerusalém, bem como comparar o início de sua história com os acontecimentos que permeavam o período como as cruzadas ocorridas na região da Palestina, Síria e na cidade sagrada de Jerusalém.

Investigar os aspectos da cavalaria anterior ao início das cruzadas foi também um elemento útil para compreender os principais aspectos da primeira Regra dos Irmãos guerreiros, cuja estes elementos ligados ao dever militar das nobrezas feudais se associa a parte moral da Regra, que foi elaborada a partir da necessidade de uma fundição da classe dos que oravam, os monges, com a categoria dos que lutavam, a nobreza (MONTEIRO, 2011).

Por fim, investigar a sociedade feudal é de suma importância para compreendermos os questionamentos levantados, levando em consideração que o contexto social rígido e com pouca mobilidade social criou o grupo de nobres iniciais que com a livre vontade de servir nas terras do Oriente Médio em busca de redenção, social ou espiritual, causasse a criação da instituição militar em questão.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1 O CONTEXTO POLÍTICO E RELIGIOSO ANTERIOR A REGRA

O contexto anterior a Regra que pretendemos compreender está vinculado ao desenvolvimento e fortalecimento do cristianismo enquanto uma instituição religiosa e política. Por conseguinte, nossa investigação tem suas raízes na Antiguidade Clássica, ainda no período de dominação do Império Romano. No ano de 313 o imperador Constantino se converte ao cristianismo e junto a sua conversão foi decretado o Edito de Milão, que colocava fim às perseguições aos cristãos, tornando assim o cristianismo uma religião legal. A partir desta data o cristianismo cresceu em Roma e posteriormente, no ano de 380 o imperador Teodósio I decretou o Édito de Tessalônica que colocava o cristianismo no posto de religião oficial do Império. No passar dos próximos séculos, IV e V, o Império Romano sucumbiu às várias tribos germânicas que atacavam de diversas direções: do leste, sul, oeste, e ao norte do império (MCEVEDY, 2007).

O recém-convertido império não resistiu a tantos ataques e a crises financeiras no seio de seu alto comando e em 476, finalmente, Roma cai e os povos germânicos fragmentam o poder político no Ocidente em diversos reinos germânicos (DEMURGER, 2002). Nos séculos seguintes, a Europa passou por diversas mudanças culturais, políticas e religiosas e a partir deste novo modelo de sociedade, foi necessário a criação de novas classes de militares, que pudessem manter o equilíbrio e dar suporte aos vários novos governantes desta nova Europa, agora descentralizada e sem o domínio de um grande imperador. Neste âmbito, no reino Franco, mais especificamente no período carolíngio, desenvolveu-se um novo tipo de cavaleiro militar:



O lugar cada vez mais importante ocupado pela cavalaria do exército a partir da época carolíngia e, mais tarde, a primazia dessa arma durante toda a Idade Média trouxeram *miles* e *militia* para o terreno militar. O *miles* tornou-se o combatente por excelência, o combatente a cavalo (DEMURGER, 2022, p.18)

A partir da criação desta nova função do cavaleiro, agora associado a uma organização com a responsabilidade de defender o cristianismo dos seus inimigos internos e externos, está definida a gênese dos futuros Cavaleiros Templários, uma cavalaria com uma função determinada de defender a fé.

Neste novo modelo de militar, uma característica chama atenção e merece destaque. Esta característica se trata da notória participação de uma classe social que ficava encarregada de defender a cristandade. Esta classe era a dos grandes latifundiários que representavam a nobreza e dela emergiram praticamente todos os cavaleiros da Europa ocidental medieval (MONTEIRO, 2011).

Ao longo da Idade Média, desenvolveu-se a ideologia da sociedade tripartida. Nela, os religiosos dividiam a sociedade em três classes principais: *oratores*, os que rezam por todos, *bellatores*, os que lutam por todos e *laboratores*, os que trabalham por todos. A classe dos *bellatores* era também a classe da aristocracia, da nobreza. Estes, eram responsáveis pelas atividades militares e seus integrantes eram consagrados cavaleiros.

De forma mais aprofundada, esta sociedade era dividida nos que trabalham: representados pelas classes dos servos que representavam a maior parte dos europeus neste período; os que rezam: estes responsáveis por rezar a Deus para a alma de todos representados pelas classes sacerdotais em especial bispos, clérigos e monges que viviam em função da oração e busca por virtudes cristãs e o último grupo, *bellatores*, era os que lutavam para defender os outros dois grupos, assim como, defender a Igreja cristã.

Dentro desta divisão social, os templários foram uma inovação, tendo em vista que faziam parte de duas classes ao mesmo tempo, pois eram monges-cavaleiros, sendo assim faziam parte da classe dos que lutam juntamente da dos que oram. Por conseguinte, nasceu a concepção de um cavaleiro que também era monge. Este, com a virtude de servir a Deus e viver de maneira contemplativa como um monge, também estava disposto a treinar e lutar como um nobre guerreiro, por isso, os templários ficaram conhecidos como os Cavaleiros de Cristo (MONTEIRO, 2011).

Este novo guerreiro, monge-cavaleiro, surgiu séculos mais tarde após a Primeira Cruzada no Oriente Médio, por volta do século XI (LAMY, 1999). Porém, antes de discorrer sobre a criação desta organização, depois de esclarecer a divisão social da Europa medieval e a função do cavaleiro neste contexto é preciso esclarecer também o contexto filosófico neste período e a evolução no pensamento de grandes teólogos e filósofos que tornaram possível criar um tipo de organização militar, um novo tipo cavaleiro e a criação de uma Regra que mudaria a História.

A Europa dos séculos IX ao XIII viveu um período de fortalecimento do poder papal. Desde a reforma gregoriana, um novo modelo de sociedade ganhou força, este modelo colocava o papa, figura de máximo escalão da Igreja Católica, também como o principal líder político e religioso do período. Com este poder temporal e secular, a Igreja estava no centro da política de quase todo o continente Europeu e com tamanho poder, teólogos desenvolveram uma ideologia de sociedade dividida em três partes, como vimos anteriormente, os que trabalhavam nos campos, os clérigos, bispos e papas que oravam por todos e os guerreiros nobres que lutavam para assegurar a proteção da sociedade medieval (DEMURGER, 2002).

Enquanto o cristianismo expandiu os seus limites e o modelo tripartido de sociedade na Europa, no Oriente os muçulmanos expandiram seus territórios até alcançar a Península Ibérica no século VIII, criando um grande problema para a Igreja católica, que temia a invasão dos muçulmanos ao coração da Europa. Outro paradoxo se apresenta para a administração da Igreja: a questão da ociosidade dos nobres guerreiros.

Os nobres do século X e início do XI, não tinham grandes oportunidades para exercer a sua função guerreira, tendo em vista que os territórios na Europa já estavam praticamente todos divididos entre os cristãos. Esta falta de ação levou muitos nobres a uma vida de crimes contra os próprios cristãos, algo condenável pela Igreja. Para conter este problema de ordem moral e econômica, a Igreja recorreu a alguns artifícios para colocar fim aos problemas dos incrédulos sarracenos e a ociosidade da nobreza senhorial.



A solução encontrada para os problemas mencionados, foi o desenvolvimento de uma de guerra de conquista na Terra Santa, que buscava repatriar a cidade sagrada de Jerusalém para a Igreja Católica. Com isso, a Igreja criava uma "válvula de escape" para os seus problemas. Ao mandar os nobres para a Terra Santa conseguia evitar os crimes cometidos entre os cristãos e, também, reconquistar esses territórios que estavam nas mãos dos muçulmanos.

Contudo, para isso era necessária uma fundamentação teológica. De forma não intencional, desde o início da Idade Média, foi sendo construída desde o fim do Império Romano as ideias de Guerra Justa e posteriormente, Guerra Santa. Com Santo Agostinho surgiu o conceito de Guerra Justa. Em suas teses dizia que uma guerra para se defender seria considerada justa. Com base em Santo Agostinho, teóricos como Isidoro de Sevilha elaboraram um novo conceito atendendo ao novo contexto de expansionismo cristão conforme as teses de Isidoro: "Para esse teólogo, a guerra também se tornava justa quando após uma advertência, ocorresse uma luta para recuperar bens e repelir inimigos" (MORETTI; PEREIRA, 2017, p. 6).

Com estas novas teorias e a justificativa de recuperar territórios ocupados pelos muçulmanos a Igreja demonstrou uma grande capacidade política, pois ao conseguir enviar os cavaleiros nobres para uma guerra no oriente reafirma a função social do nobre que estava sendo perdida pela falta de combates e, por outro lado, está empreitada também fincou a fé católica em outros pontos do mundo, expandindo o catolicismo até as regiões de Antioquia, Trípoli e Jerusalém.

2.2 AS PRIMEIRAS CRUZADAS E A CRIAÇÃO DA ORDEM

Com as bases formadas, o que houve a seguir foi a convocação do papa para que os homens partissem para a luta no Oriente. No dia 27 de novembro de 1095, em um concílio em Clermont, o papa Urbano II pregou e conclamou os fiéis a lutarem contra os "infiéis" que haviam tomado a Terra Santa, assim ao reconquistar a cidade de Jerusalém seriam salvos e redimir seus pecados (LAMY, 1999). Movidos pela força do discurso do chefe da igreja católica, os nobres se organizaram para realizar a empreitada que posteriormente ficaria conhecida como Primeira Cruzada. Prosseguindo pela rota que cruzava o Mar Mediterrâneo estes homens conquistaram Antioquia depois de um longo cerco, no ano de 1098, e um ano mais tarde em 1099 tomaram de assalto, a famosa e cobiçada Jerusalém (DEMURGER, 2002)

Após conquistarem essas cidades iniciou-se um processo para definir os rumos políticos da Terra Santa e no reino de Jerusalém, pois, neste momento a cidade se encontrava sem um governante. Não tardará e Godofredo de Bouillon, um nobre francês, tornou-se o governante da cidade, ficou poucos anos no poder e Balduíno I foi o seu sucessor do trono.

Nesta época, após a Primeira Cruzada, surgiram algumas ordens religiosas necessárias para guardar os fiéis dos perigos que se encontravam nas estradas, como bandidos e feras selvagens. Assim nasceram ordens como a Ordem Hospitaleira de Jerusalém, em 1110, a Ordem dos Irmãos Hospitalários Teutônicos, em 1112, e a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo (futuros Templários), em 1118, quando Balduíno II era rei de Jerusalém (LAMY, 1999).

Esses leigos que se voluntariaram na missão de defender a Terra Santa, dispunham de uma origem nobre em sua maioria. Destas ordens que se estabeleceram para manter a conquista da Igreja Católica, uma, em especial, desenvolveu uma regra, uma espécie de código de conduta.

A obra do historiador medievalista Alain Demurger, intitulada *Os Cavaleiros de Cristo: Templários, Teutônicos, Hospitalários e outras Ordens Militares na Idade Média*, é um compilado de diferentes ordens militares e suas respectivas histórias. O autor cria uma tese neste livro sobre a formação da Ordem dos Cavaleiros do Templo, esta tese se refere a formação da Ordem que segundo o autor teve início em: "Em 1120, em Jerusalém, em condições ainda mal esclarecidas, foi fundada a primeira ordem religioso-militar medieval, a ordem do Templo" (DEMURGER, 2002, p.9). Ao se formar a ordem inicialmente o objetivo seria o de guardar o Santo sepulcro local considerado sagrado para os cristãos e que após a conquista de Jerusalém ficou sob os cuidados de um grupo de cônegos que eram o germe dos futuros Templários. Para Demurger depois de se instalarem por alguns anos aos arredores do Santo sepulcro, Hugo de Payns então primeiro grão-mestre desses cavaleiros viajou até a atual França onde pelo caminho conseguiu adeptos para sua Ordem e entre 1127 e 1129 este nesta missão até finalmente conseguir a aprovação da Ordem nascente no concílio de Troyes, graças a ao apoio de um documento escrito pelo seu primo São Bernardo.



Este fenômeno da criação da Ordem é explicado tanto pelo contexto das cruzadas que criaram a necessidade de um grupo militar quanto pelo fato de a concepção de guerreiros no cristianismo não era algo novo, pelo contrário já existiam teólogos que dividiram a sociedade medieval na Europa ocidental em classe sociais na qual segundo o autor existia uma classe especial para os militares. A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo esteve presente desde a conquista da cidade sagrada, Jerusalém, estando alojados nos arredores do palácio do rei onde seria o Templo de Salomão. Desta, em 1229 finalmente, conseguiram uma regra em Troyes, conforme explica Monteiro:

A Ordem do Templo foi a primeira de todas as Ordens Religiosas Militares a dispor de uma Regra. O texto original foi redigido em latim, no âmbito do Concílio de Troyes e sob a influência de Bernardo de Claraval (pelo que são numerosas as referências aos bons costumes e à conduta moral). Infelizmente, do texto latino conhecem-se apenas seis redações, todas elas tardias. Isso dever-se-á a dois factos: por um lado, à destruição dos originais aquando da detenção dos Templários em França; por outro, porque – ao contrário dos Hospitalários – os responsáveis pela Ordem do Templo colocaram sempre reservas a uma ampla circulação da sua Regra, como forma de preservar a identidade dos seus princípios e para diminuir risco de difusão entre os inimigos da Cristandade dos preceitos militares mais importantes (MONTEIRO, 2011, p. 13)

Com a regra em mãos, a Ordem dos Cavaleiros Templários tornou-se a primeira organização militar a ser reconhecida pela Igreja, fato que reflete a necessidade do cristianismo de se adaptar a novos contextos.

Além deste aspecto de lutar contra os muçulmanos, que levou as cruzadas no oriente médio, é possível aferir ainda outra causa: a necessidade de intervenção pela Igreja Católica para demonstrar o seu poderio frente à igreja oriental, pois: "A cruzada era uma proposta muito distinta de ajuda limitada que os bizantinos tinham perdido (MCEVEDY, 2007, p. 68)". Esta tese é endossada pelo fato de que ao decorrer da Idade Média um evento denominado Grande Cisma (1054) colocou fim às relações entre igreja ocidental e oriental e por tanto esta debilidade militar dos bizantinos para proteger o cristianismo abriu precedentes não só para igreja ocidental intervir no mediterrâneo, como posteriormente fixar organizações militares com bases em Roma.

Outro aspecto além da busca por expansão proposta pela Igreja Católica foi a busca por recuperar lugares santos específicos para onde os peregrinos visitavam, como o Santo Sepulcro (LAMY, 1999). Jerusalém e as regiões da Palestina eram consideradas locais sagrados para a três grandes religiões monoteístas daquele período a saber o cristianismo, o islamismo e o judaísmo. Todas as três religiões com conceitos e fundamentos religiosos oriundos do mesmo Deus. Por volta do ano 1095 ano em que foi proclamada a cruzada estes locais sagrados estavam sobre o comando dos muçulmanos que estavam dominando aquele território. Esta condição foi perfeita para que o papa, juntamente com o alto clero, decretasse a cruzada alegando que a Terras Santa, onde Jesus Cristo nasceu, estavam sobre o domínio de infieis.

A Cruzada pode ser definida também como uma peregrinação armada rumo a Jerusalém cujo objetivo não era apenas orar e meditar no Santo Sepulcro, mas libertá-lo —e todos os lugares santos da Palestina com ele — da dominação muçulmana, da "mancha", como se dizia na época, do infiel. O papa Urbano II, ao visitar a França do Sul e do Oeste para se inteirar dos avanços da reforma gregoriana, deteve-se em Clermont em novembro de 1095 para ali participar de um concílio e, no final, no dia 27, pregou a massa dos leigos presentes conclamando-os a socorrerem os cristãos do oriente e a libertarem o túmulo de cristo (DEMURGER, 2002, p.22)

Esta noção que as lideranças católicas tinham na época demonstra de forma evidente o quanto estes lugares sagrados também foram pontos importantes no que tange a movimentação no Ocidente que fez com que milhares de pessoas católicas da Europa ocidental de diversas classes sociais antagônicas se unirem em uma só horda com o objetivo de tomar para a cristandade o domínio político e religioso de lugares como o Santo Sepulcro.



A esta ênfase em conquistar a Terra Santa é relevante notar que após a conquista da cidade santa pelos católicos, um grupo de cavaleiros a serviço do Santo Sepulcro se fixou com a missão de defender o local (DEMURGER, 2002). Se tratava de um grupo de nobres que após a cruzada se dedicaram a se manterem na cidade sagrada com o importante e custoso objetivo de proteger locais sagrados que como já foi demonstrado, estes lugares eram muito importantes para o papado ao ponto de serem uma das causas da guerra contra a comunidade muçulmana estabelecida no local.

Uma vez estabelecidos e criado o reino após a conquista foi necessário a estes nobres, juntamente a coroa, criar uma Regra. Esta normatização do trabalho de proteção dos Cavaleiros veio justamente em um período em que a necessidade de novos membros crescia com as várias estradas e lugares santos para se proteger, com tantos homens designados para as atividades militares logo surgiu a necessidade de se colocar na regra a questão da hierarquia militar.

Também as hierarquias militares são claramente definidas (em especial entre os Templários e os Hospitalários), assim como as subdivisões geográficas resultantes da disseminação das Ordens por vastos espaços territoriais (MONTEIRO, 2011, p.15)

A hierarquia militar e a questão da defesa dos lugares santos estão conectadas, pois, conforme crescia as conquistas militares dos cristãos, também crescia de forma igual a necessidade de criar uma cadeia de comando para comandar os homens que estavam na vanguarda da luta pela expansão da fé católica (LAMY, 1999).

Juntamente com a necessidade de criação desta hierarquia para delegar as funções aos cavaleiros, a sacralidade dos locais daquela parte do Oriente Médio, outra importante característica é necessária para entender o processo que causou a primeira cruzada e a criação posterior da Ordem dos Cavaleiros Templários. Esta característica é a disputa que estava em pleno vigor entre o cristianismo ocidental e o cristianismo oriental pois esta disputa é um dos fatores que levaram as cruzadas.

As cruzadas foram um importante marco para a história da formação da organização dos Templários pois somente com esta guerra surgiu a necessidade de um novo tipo de guerreiro marcado pela capacidade lutar como um soldado e ao mesmo tempo servir como um monge (MORETTI; PEREIRA, 2017). São Bernardo, monge da atual região da França foi um dos principais teóricos que contribuíram para a justificação da cruzada e certamente suas contribuições ajudaram no processo que terminou da tomada das regiões sagradas no além-mar no ano de 1099, o criador da ordem dos templários, Hugo de Payens, era primo de São Bernardo, sendo o monge francês vital para a elaboração da Regra no concílio em Troyes.

A nova viagem de Hugo de Payens e de cinco de seus companheiros ao ocidente em 1127-1129 mudou a situação. Ele obteve do concílio de Troyes uma regra para sua Ordem, e São Bernardo, a mais alta autoridade da igreja na época, que teve papel ativo em Troyes, escreveu pouco depois o tratado — *De laude novae militiae* (elogio da nova cavalaria) para exaltar a missão da nova ordem (DEMURGER, 2022, P.34)

Somado ao movimento militar, o movimento filosófico ajudou na tomada e manutenção de novos territórios pela igreja, tendo um papel de validar a conquista destes locais.

2.3 UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DA REGRA PRIMITIVA

A Regra primitiva da Ordem do Templo foi elaborada originalmente no ano de 1129, em um concílio na cidade de Troyes, atual França, em uma época conturbada para o cristianismo pois antes desse concílio a Igreja católica se via diante de algumas ameaças como os vikings ao norte e os muçulmanos a oeste e leste (DEMURGER, 2002).

Este concílio marcou a oficialização da primeira Ordem militar da história da Igreja católica e as regras desta organização emergente são voltadas para servir a Deus, para que deste modo os homens possam dedicar suas vidas a atividades monásticas e militares. Ao analisar o conteúdo da regra constata-se que seus 70 artigos discorrem a propósito de variados elementos da organização



dos irmãos como rotinas, castigos e regras de conduta. No entanto, o aspecto central da regra é que esta é baseada na regra de São Bento (MONTEIRO, 2011)

A regra de São Bento era baseada em um conceito de comunidade cristã autossuficiente, este conceito está ligado à filosofia de cidade ideal platônica e remonta a Grécia antiga. Na regra do Templo este elemento aparece em vários artigos e assim como os monges beneditinos, estes homens deveriam se empenhar em viver uma vida humilde em uma comunidade com o objetivo central de salvar almas e no caso dos Templários a função extra de proteger os peregrinos vindouros da Europa até o solo sagrado de Jerusalém, principalmente proteger contra bandidos conforme fica explícito a seguir:

Um ataque praticado pelos sarracenos contra um grupo de peregrinos em 1119 fez com que as autoridades do reino de Jerusalém confiassem a Hugo de Payens e seus companheiros a defesa daqueles que se dirigiam à Terra Santa (MORETTI; PEREIRA, 2017, p. 3).

A partir da observação de documentos como trechos da própria regra do Templo é nítido que a regra era um meio de alcançar o ideal de irmão da regra de São Bento, porém neste caso a regra foi uma versão adaptada para a formação militar. A conjuntura política e social no governo de Godofredo, criaram a necessidade da criação de uma organização militar: "Era conveniente conservar as cidades e as praças fortes e velar pela segurança das estradas" (LAMY, 1999, p. 9). Portanto, a criação desta organização militar demonstra a capacidade notória de flexibilidade da igreja católica, uma vez que a regra foi capaz de criar uma comunidade de irmãos dispostos a salvarem suas almas, já que militarmente eram amparados pela regra como aparece na regra número 9, redigida por Gandra em seu artigo:

9. Vós outros, que renunciastes à própria vontade, e os demais que em vossa companhia militam em armas e cavalos em serviço do Soberano Rei, pela salvação de vossas almas, procurai sempre assistir todos com pio o puro afecto a Matinas e a todo o ofício divino inteiramente, conforme as observâncias canônicas e o costume dos Cónegos Regrantes da Santa Cidade de Jerusalém (1). E a isso, vós outros veneráveis irmãos, se vos obriga porque, sem temer os trabalhos do corpo, vos oferecestes para pisar perpetuamente o mundo por amor a Deus. Fortalecidos pelo divino manjar, esforçados pelos preceitos de Nosso Senhor e ouvido o ofício divino, nenhum tema a batalha, seguro da vitória para a Divina Coroa (GANDRA, 1998, p.8)

Assim a regra vai ser um voto de fidelidade que o cavaleiro vai fazer perante um capítulo no qual este indivíduo deve jurar castidade, pobreza e servidão perante deus para que assim possa lutar por Deus. Esta disposição destas pessoas para doar os seus corpos físicos por uma causa metafísica, fez com que fosse possível manter as recentes terras conquistadas pelos católicos no século XI. A regra ainda seria utilizada posteriormente por outras ordens ibéricas como a da Ordem de Santa Maria e dos teutônicos e porta gládios ao norte do continente. Esta regra apesar de sofrer alterações serviu como instrumento de manutenção da hierarquia de militares por séculos, seguindo até a pós-modernidade que nos exércitos nacionais ainda dispõe de uma hierarquia militar rígida, o que prova a capacidade de adequação e caráter comunitário da regra primitiva do Templo de Salomão.

Outra prova da capacidade de adequação da Igreja e dos templários foi em reação a adaptação social. Lembramos que os templários eram monges-guerreiros, uma inovação para o período. Os clérigos dessa época imaginavam a sociedade cristã ideal dividida em três ordens (ou três funções): os que rezam, os que trabalhavam e os que combatiam (DEMURGER, 2002). Dentro desta conjuntura social medieval existiam os responsáveis pela guarnição das terras o principal sustento e meio de produção de víveres dos medievos. Estes eram os nobres da época e segundo a tese de Demurger podem ser considerados os precursores dos Cavaleiros Templários, mas existe uma diferença fundamental entre esses dois tipos de Cavaleiros, esta diferença está no contexto.

Esta diferença entre as duas espécies de cavaleiros é onde está a base da regra primitiva dos Cavaleiros Templários. A regra já no seu prólogo revela a diferença fundamental entre os



cavaleiros seculares e o novo tipo de monge soldado criado exclusivamente para manter a cruzada espiritual no além-mar como aparece no texto de Demurger:

Los templarios deben su nombre a su «casa presbiteral» —su cuartel general— de Jerusalén, el templo de Salomón. Al principio, se constituyeron como «milicia de ios pobres caballeros de Cristo». La regla aprobada en Troyes les da otros apelativos. El prólogo se dirige en primer lugar a aquellos «que se niegan a seguir su propia voluntad y desean como un valor puro constituir la caballeria del Rey Soberano», después, personalmente, al nuevo «caballero de Cristo». La expresión agradaba a san Bernardo. Las primeras donaciones, la de Raul Le Gras en Champana, por ejemplo, se dirigen «a Cristo y a sus caballeros de la Ciudad Santa». Alrededor de dos siglos más tarde, el rey de Portugal, Dionisio, que defendió al Temple y se negó a entregar sus bienes portugueses al Hospital, obtuvo la creación de otra orden destinada a prolongar la obra del Temple, la «orden de Cristo» (DEMURGER, 1986, P.57)

Enquanto os cavaleiros seculares estavam voltados à busca por riquezas e glória pessoais, a regra dos cavaleiros templários demonstra que seus guerreiros são justamente a antítese do cavaleiro secular, segundo Demurger(2002) a regra tem em seus artigos o fundamento no qual o Cavaleiro deveria renunciar a vida terrena e viver segundo os três votos pobreza, obediência e castidade justamente o oposto de um cavaleiro secular que vive em prol de seus interesses pessoais e tendências ao orgulho e demais pecados, sendo este elemento das diretrizes da Ordem a diferença entre o homem do Templo e um típico Nobre medieval. Na regra esse é o principal elemento, a ideia de que este novo tipo de cavaleiro teria que renunciar a sua antiga vida, nesta nova vida ele deveria se submeter a vontade de Deus e se preciso fosse deveria morrer por Cristo, isto é, esse novo homem proposto pela regra deveria abandonar seus egoísmos e particularidades em prol de doar a sua vida pelos outros irmãos, pela defesa da cristandade e por Jesus Cristo.

Nos primeiros passos da Ordem, é evidente que o fator religioso para estes cavaleiros sobressai a questão financeira, pois a jornada para chegar até o Oriente Médio era árdua e cara, além de conter riscos como animais selvagens entre outros variados problemas de toda a sorte. Portanto, no momento da criação da Ordem pelos cavaleiros que ficaram no médio oriente pode se dizer que apenas aqueles dispostos a doar suas vidas ficaram na Terra Santa pois a maioria dos cruzados voltaram para a Europa como demonstra Nicholson:

Después de que las fuerzas de la primera cruzada conquistaran la ciudad de Jerusalén el viernes, 16 de julio de 1099, y derrotaran a las tropas de refuerzo egipcias que llegaron demasiado tarde para evitar la caída de la ciudad, la mayoría de los cruzados regresó a Europa, llevando con ellos historias de privaciones y peligros, milagros y victorias; hubo quien llevó consigo reliquias santas adquiridas en los viajes, aunque fueron pocos los que obtuvieron Alguna riqueza (NICHOLSON, 2006, p. 31).

A regra também possui uma faceta de organização das hierarquias militares sendo os cargos mais relevantes os cargos de mestre e senescal que ditaram as normativas e diretrizes em campo de batalha e no Templo de Salomão local onde estavam os Cavaleiros na época que a Regra foi redigida. Com tudo a Regra apesar de ter sido elaborada com o propósito de criar um exército de monges guerreiros com a sua funcionalidade religiosa, até na contemporaneidade exércitos nacionais usam de elementos destas diretrizes hierárquicas para definir as funções e cargos dos militares.

No século X a concepção de Hierarquia militar era inexistente talvez esta tenha sido a principal característica da Regra a ideia de que esta foi pioneira no que concerne a um exército efetivamente treinado na Europa Medieval (LAMY, 1999). Alinhando estas principais teses escritas na Regra é possível deduzir a partir de uma visão cultural da História, este conjunto de Regras marca uma nova etapa no desenvolvimento militar e noção de guerreiro, fazendo com que os monges guerreiros demonstrassem um papel até então inédito na História militar do ocidente



medieval e estas mudanças de cunho econômico, político e social certamente contribuirão para a invasão de Jerusalém em 1099 e conseqüentemente a criação da sua Regra elaborada com o auxílio de teóricos de grande impacto nas ideias medievais como São Bernardo.

3- CONCLUSÃO

É possível concluirmos que existem alguns aspectos que levaram à criação da Ordem. O primeiro fator e, talvez o mais importante, é a disposição dos homens que se voluntariaram a fazer parte da instituição logo no começo. Esta disposição é notória uma vez que muitos destes homens, que fundaram a Ordem, eram pessoas de grande *status* na sociedade feudal. Um exemplo, é o fundador da Ordem dos Cavaleiros Templários Hugo de Payens que abandonou sua família com o intuito de ajudar o cristianismo na sua luta no mediterrâneo.

Este homem foi o fundador da organização em questão e apesar de ser um nobre já consolidado politicamente na região onde fica a atual França, decidiu por livre e espontânea vontade ajudar não só a criar a instituição bem como elaborar a sua regra. Ele e seus seguidores durante alguns anos não passaram de 9 ou 10. Este fato é notório e leva a concluir que ao fundar a Ordem e redigir as suas regras o principal objetivo era o de fazer com que uma nova vida surgisse para estes nobres, sendo que nesta nova vida eles deveriam não perseguir os servos de Deus e se entregar aos vícios mundanos, mas deveriam assumir um caráter monástico e levar uma vida austera marcada por virtudes como temperança, moderação, caridade e doação e ajuda aos pobres.

Estes novos militares oriundos de famílias da nobreza europeia muitas vezes além de buscarem por redenção também em alguns casos eram filhos mais novos dos grandes latifundiários existentes na Europa medieval. Sendo filhos mais novos, não teriam direitos a usufruir das terras e seus destinos geralmente era a igreja como clérigos. Porém com o avanço da guerra proclamada no ano de 1095 muitos destes homens tiveram a oportunidade para alcançar a glória ao se juntarem às fileiras que lutariam contra os inimigos da fé cristã que ocuparam o território mais sagrado para o catolicismo e para o papado católico a terra Santa.

Com a conquista de Jerusalém, com rei Balduíno assumindo o trono, estes nobres conseguiram alcançar seu objetivo e com o aval do rei conseguiram enfim criar um grupo com funções de soldados, mas também com seu lado monástico. Portanto é um grande feito para a época conseguir dar sentido a existência destes cavaleiros ociosos e sempre à espera de um propósito, fruto da divisão social que fez com que a classe guerreira fosse a responsável por resolver as questões tangentes a guerra e controle social.

Com o exposto, é importante notar que os militares daquele período escolheram por livre e espontânea vontade pegar as armas e defender as suas causas. Este fator da ociosidade dos guerreiros, e busca por uma causa para suas vidas juntamente com a mistura da função com a de um monge é um aspecto muito presente na Regra que é uma maneira de adaptar o monge beneditino a um guerreiro voraz e obediente aos comandos da hierarquia, e ao comando do alto clero da igreja católica e ao papado principal expoente de controle político naquela época.

Estes acontecimentos levaram a outro aspecto importante da Regra o seu contexto que é rico em informações e evolução de conceitos presente no artigo escrito em 1118. O contexto na Europa era de poucas guerras, já havia passado as grandes batalhas ao leste da Europa central e os vikings no Norte cessaram as invasões, ao oeste guerras de reconquista freavam os avanços dos mouros. Este contexto de paz na Europa e fortalecimento do cristianismo levou o papado a pensar em uma solução para este contexto europeu.

Esta solução acabou resultando na guerra pois o único meio de a igreja conseguir resolver o forte problema de indisciplina dos cavaleiros europeus era manter estas pessoas dentro da sua função, ou seja, a Igreja tinha a função de fazer apontamentos de locais onde a fé precisava chegar.

O expansionismo europeu da Igreja católica foi aos poucos fazendo crescer o número de localidades geográficas onde era necessário não apenas a manutenção das posses mais também propagar a fé, pois a fé em deus era o motor que movia o aparato cristão rumo a conquista de novos povos e sobretudo de novas localidades. Construir novos pontos da fé católica, o caráter de monge guerreiro são elementos que formaram a Regra e são um dos elos responsáveis por integrar este importante documento do ponto de vista tanto militar como também religioso. Todos esses



elementos estão presentes na Regra que constitui o nascimento de um período em que a expansão da filosofia católica só iria diminuir no século XVIII com o surgimento do iluminismo diminuindo assim a poderosa influência da instituição católica que até então vinha mostrando ser uma potência com constante capacidade de reinvenção.

A regra primitiva da Ordem militar dos Cavaleiros Templários é resultado de uma época na qual a Igreja, principal instituição política desde a reforma gregoriana no século XI, buscava por uma expansão político-religiosa. Nesta busca do alto clero por mais poder surgiram teóricos que sendo homens religiosos e de seu tempo tentaram justificar a ação militar, como a tomada de Jerusalém em 1099 e a criação das Ordens militares no século XII, sendo estas organizações militares dotadas de autonomia mais que mesmo assim contribuirão para a manutenção da hegemonia cristã na cidade sagrada e em Antioquia e Trípoli.

Uma vez permitidos pela Igreja católica, estes grupos militares religiosos cunharam uma nova função ao antigo monge beneditino que agora antes de ser um homem religioso também deveria pegar em armas e por meio da regra viver segundo os votos de pobreza, castidade e devoção a Deus. O caráter religioso, e a devoção a Deus e sobretudo o código de convivência beneditina elaborado ainda durante o esfacelamento do império romano no século XI, são os principais elementos presentes nos 76 artigos da regra original da Ordem dos Cavaleiros Templários. A importância dada por parte da Igreja à necessidade de adaptação a novos tempos, e novas circunstâncias sociais embasaram a formulação da regra primitiva que é uma atualização astuta no intuito de expandir a fé católica mediante o uso de forças armadas.

Ao analisar o contexto da criação da Ordem, o processo de expansão do islamismo concluiu-se que a criação da referida organização de irmãos militares é um produto de seu tempo, e também reforça a tese de que a Igreja católica é uma instituição com incrível poder de reinvenção, sendo que elaborar tal regra fez com que essa instituição reafirmasse seu poder até a contemporaneidade, sendo que a regra primitiva foi diversas vezes modificada em capítulos dos mestres, sobrevivendo até a ascensão dos estados modernos na Europa no século XIV/XV. A capacidade de adaptação de papéis antagônicos presentes nas linhas da diretriz dos Cavaleiros reflete séculos de evolução nos pensamentos filosóficos de Santo agostinho até São Bernardo o principal responsável por formular a Regra e dar suporte espiritual para que então os soldados tivessem a sua missão como algo viável e que de certa forma os salvaria mesmo que perecessem nas terras áridas e perigosas da terra santa no Oriente médio.

REFERÊNCIAS

DEMURGER, **Os Cavaleiros de Cristo**: Templários, Teutônicos, Hospitalários e outras Ordens Militares na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DEMURGER, Alain. **Auge e la caída de los Templários**. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, S. A., 1986.

GANDRA, Manuel. **Regra Primitiva da Ordem do Templo**. Tradução, introdução e notas Manuel J. Gandra. Mafra: Centro Ernesto Soares de Iconografia e Simbólica, 1998. LAMY, Michel. **Os Templários**. Lisboa: editorial notícias, 1999.

MCEVEDY, Colin. **Atlas de história medieval**. São Paulo: Companhia das Letras: 2007.

NICHOLSON, Hellen. **Los Templarios Una Nueva História. Crítica**, Barcelona, 2006.

MONTEIRO, João Gouveia. A Regra do Templo ou o Esplendor da Arte Militar Medieval. Revista **da história da sociedade e da cultura**. Coimbra, v.11, p. 9-38, 2011.



MORETTI JUNIOR, A.. J.; PEREIRA, L. M. P. Uma análise da ideia de liberdade na Ordem dos Cavaleiros Templários. In: **X Encontro Internacional de Produção Científica**, 2017, Maringá. Anais X EPCC, 2017.